

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.765.088 - RJ (2018/0231020-3)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
RECORRENTE : DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM
RECORRIDO : JENIPAPO RECURSOS NATURAIS LTDA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

EMENTA

ADMINISTRATIVO. EXECUÇÃO FISCAL. TAXA ANUAL DE HECTARE - TAH. DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO. PRAZOS. APLICAÇÃO DA ORIENTAÇÃO FIRMADA EM REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA RESP N. 1.133.696/PE JULGADO PELO RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS DO ART. 543-C DO CPC/1973. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM, com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, assim ementado (fl. 229):

ADMINISTRATIVO. PROCESSO CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. TAXA ANUAL POR HECTARE. TAH. PREÇO PÚBLICO. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.

1. Cuida-se de apelação interposta pelo Departamento Nacional de Produção Mineral- DNPM em face de sentença que julgou procedente o pedido dos embargos, determinando a extinção da execução fiscal nº 0505275-83.2009.4.02.5101, pronunciando a prescrição dos créditos com vencimentos em 03/01/1993, 06/02/1997, 30/01/1998 e 29/01/1999 e a decadência da parcela com vencimento em 31/01/2000, referentes a taxa anual por hectare – TAH.

2. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal orienta-se no sentido de que a TAH possui natureza de preço público decorrente da exploração, pelo particular, de um bem da União (STF, ADI 2586/DF, DJ 01/08/2003), aplicando-se, por analogia, o regime jurídico das taxas de ocupação (TRF2, 6ª Turma Especializada, AC 200950020006146, Rel. Des. Fed. NIZETE LOBATO CARMO, e-DJF2R 28.11.2016).

3. No que tange à prescrição e à decadência, aplica-se, *mutatis mutandis*, a exegese fixada pelo Superior Tribunal de Justiça, em sede de recurso repetitivo, que, embora tenha apreciado a prescrição relativa taxa de ocupação e não a taxa anual por hectare, aplica-se aos demais débitos para com a Fazenda Nacional decorrentes de receitas patrimoniais. No julgamento, a Corte firmou entendimento no sentido de que as anuidades dos anos de 1990 a 1998 não se sujeitam à decadência, porquanto ainda não vigente a Lei 9.821/99, mas deveriam ser cobradas dentro do lapso temporal de cinco anos anteriores ao ajuizamento da demanda (REsp 1133696/PE, Rel. Ministro Luiz Fux, 1ª Seção, DJe 17/12/2010).

4. Considerando o ajuizamento da execução fiscal em 14/05/2009, encontram-se prescritas as anuidades cobradas na execução embargada com vencimentos em 03/01/1993, 06/02/1997, 30/01/1998 e 29/01/1999, anteriores a vigência da Lei nº 9.821/99 (24/08/1999).

5. Conforme precedente *supra*, aplica-se o prazo decadência de cinco ao crédito com vencimento em 31/01/2000, contado do instante em que o

Superior Tribunal de Justiça

respectivo crédito poderia ser constituído, a partir do conhecimento por iniciativa da União ou por solicitação do interessado das circunstâncias e fatos que caracterizam a hipótese de incidência da receita patrimonial (Lei nº 9.821/99, art. 47, §1º). O procedimento administrativo para a cobrança do crédito com vencimento em 31/01/2000 somente foi instaurado em 04/03/2008, quando já transcorrido o prazo decadencial para constituição.

6. Apelo não provido.

O recorrente aponta violação dos arts. 47 da Lei 9.636/1998, nas redações dadas pelas Leis ns. 9.821/1999 e 10.852/2004, e do art. 2º da Lei n. 10.852/2004 alegando não configurada a decadência nem a prescrição do crédito não tributário. Aduzindo a respeito da natureza jurídica da Taxa Anual por Hectare, alega que o prazo de 10 anos para constituição da TAH é aplicável para os prazos em curso, conforme expressamente disposto na MP 152/2003, posteriormente convertida na Lei n. 10.852/2004. Argumenta que até 30/12/1998 não havia qualquer prazo para a constituição do crédito de TAH, omissão legislativa essa que foi suprida com a edição da MP 1.787, posteriormente convertida na Lei n. 9.821/1999. Conclui o recorrente não operada a decadência para a TAH com vencimento em 31/1/2000, cujo processo administrativo foi instaurado em 4/3/2008, considerando o prazo de 10 anos corridos para o lançamento (prazo decadencial) e mais 5 anos para o prazo prescricional.

Contrarrazões a fls. 249/250.

Juízo de admissibilidade a fls. 255/256.

É o relatório. Decido.

Na espécie, a Corte de origem, referindo-se ao entendimento firmado pela Primeira Seção, no julgamento do recurso repetitivo REsp n. 1.133.696/PE, firmou operada a prescrição quanto a alguns créditos e a decadência quanto a outro, assim aduzindo em sua fundamentação (fls. 227/228, grifos nossos e do original):

Cuida-se de apelação interposta pelo Departamento Nacional de Produção Mineral- DNPM em face de sentença que julgou procedente o pedido dos embargos, determinando a **extinção da execução fiscal nº 0505275-83.2009.4.02.5101, pronunciando a prescrição dos créditos com vencimentos em 03/01/1993, 06/02/1997, 30/01/1998 e 29/01/1999 e a decadência da parcela com vencimento em 31/01/2000, referentes a taxa anual por hectare – TAH.**

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal orienta-se no sentido de que a **TAH possui natureza de preço público** decorrente da exploração, pelo particular, de um bem da União (STF, ADI 2586/DF, DJ 01/08/2003), **aplicando-se, por analogia, o regime jurídico das taxas de ocupação** (TRF2, 6ª Turma Especializada, AC 200950020006146, Rel. Des. Fed. NIZETE LOBATO CARMO, e-DJF2R 28.11.2016).

No que tange à prescrição e à decadência, aplica-se, mutatis mutandis, a exegese fixada pelo Superior Tribunal de Justiça, em sede de recurso repetitivo, que, embora tenha apreciado a prescrição relativa taxa de ocupação e não a taxa anual por hectare, aplica-se aos demais débitos para com a Fazenda Nacional decorrentes de receitas patrimoniais [1]. Na ocasião o STJ extraiu as seguintes conclusões:

- a) **Débitos anteriores a 18/05/1998:** aplica-se o prazo prescricional quinquenal, previsto no Decreto nº 20.910/32;
- b) **Débitos compreendidos entre 18/05/1998 e 23/08/1999:** aplica-se o prazo prescricional quinquenal, previsto na Lei nº 9.636/98, não se sujeitando à decadência, por ausência de dispositivo legal neste sentido;

c) **Débitos compreendidos entre 24/08/1999 e 29/02/2004:** aplica-se o prazo decadencial para a constituição do crédito e prescricional para o ajuizamento da execução, ambos de 5 (cinco) anos, conforme previsto na Lei nº 9.821/99;

d) **Débitos posteriores a 30/03/2004:** aplica-se o prazo decadencial de 10 (dez) anos e prescricional de 5 (cinco) anos.

No mesmo julgamento, a **Corte firmou, ainda, entendimento no sentido de que as anuidades dos anos de 1990 a 1998 não se sujeitam à decadência, porquanto ainda não vigente a Lei 9.821/99, mas deveriam ser cobradas dentro do lapso temporal de cinco anos anteriores ao ajuizamento da demanda.**

Com efeito, considerando o ajuizamento da **execução fiscal em 14/05/2009**, encontram-se **prescritas as anuidades cobradas na execução embargada com vencimentos em 03/01/1993, 06/02/1997, 30/01/1998 e 29/01/1999, anteriores a vigência da Lei nº 9.821/99 (24/08/1999).**

Conforme precedente supra, **aplica-se o prazo decadência de cinco ao crédito com vencimento em 31/01/2000, contado do instante em que o respectivo crédito poderia ser constituído**, a partir do conhecimento por iniciativa da União ou por solicitação do interessado das circunstâncias e fatos que caracterizam a hipótese de incidência da receita patrimonial (Lei nº 9.821/99, art. 47, §1º).

Como bem salientado na sentença, em parte não impugnada pelo recurso, o procedimento administrativo para a **cobrança do crédito com vencimento em 31/01/2000 somente foi instaurado em 04/03/2008 (fl. 156), quando já transcorrido o prazo decadencial para constituição**

Com efeito, o entendimento exarado mostra-se conforme ao firmado pela Primeira Seção desta Corte Superior, em julgamento de recurso representativo da controvérsia, REsp n. 1.133.696/PE, Dje 17/12/2010, quanto ao cômputo dos prazos decadencial e prescricional disciplinados nos referidos diplomas legais:

(a) o prazo prescricional, anteriormente à edição da Lei 9.363/98, era quinquenal, nos termos do art. 1º do Decreto 20.910/32;

(b) a Lei 9.636/98, em seu art. 47, institui a prescrição quinquenal para a cobrança do aludido crédito;

(c) o referido preceito legal foi modificado pela Lei 9.821/99, que passou a vigorar a partir do dia 24 de agosto de 1999, instituindo prazo decadencial de cinco anos para constituição do crédito, mediante lançamento, mantendo-se, todavia, o prazo prescricional quinquenal para a sua exigência;

(d) conseqüentemente, os créditos anteriores à edição da Lei nº 9.821/99 não estavam sujeitos à decadência, mas somente a prazo prescricional de cinco anos (art. 1º do Decreto nº 20.910/32 ou 47 da Lei nº 9.636/98);

(e) com o advento da Lei 10.852/2004, publicada no DOU de 30 de março de 2004, houve nova alteração do art. 47 da Lei 9.636/98, ocasião em que foi estendido o prazo decadencial para dez anos, mantido o lapso prescricional de cinco anos, a ser contado do lançamento.

Por oportuno, registra-se que, no acórdão do referido repetitivo, o órgão julgador, quanto ao caso concreto, consignou a aplicação do prazo decadencial e prescricional de 5 anos a créditos relativos a períodos anteriores à Lei 10.852/2004, de 30/3/2004:

7. As anuidades relativas ao período de 1999 a 2002 sujeitam-se a prazos

Superior Tribunal de Justiça

decadencial e prescricional de cinco anos, razão pela qual os créditos referentes a esses quatro exercícios foram constituídos dentro do prazo legal de cinco anos (05.11.2002) e cobrados também no prazo de cinco anos a contar da constituição (13.01.2004), não se podendo falar em decadência ou prescrição do crédito em cobrança.

No caso dos autos, não se verifica nenhum equívoco no entendimento adotado no acórdão recorrido que computou o prazo decadencial de cinco anos quanto ao crédito com vencimento em 31/1/2000, reconhecendo a sua decadência quando da instauração do processo administrativo em 4/3/2008.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, IV, *b*, do CPC/2015, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator

